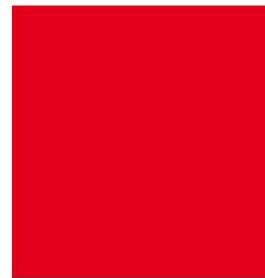




**28 de Abril**



## **Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho**



**Um Dia de Todos Nós**

**2010**

28 de Abril de 2010

**Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho – Portugal**  
**Dia Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho – OIT Dia**  
**Internacional em Memória dos Trabalhadores Vítimas de**  
**Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais –**  
**CSI-ETUC**

O movimento sindical internacional comemora neste dia, pelo 15º ano consecutivo, o Dia Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho, sob o lema: “ **Com os Sindicatos o Trabalho é mais Seguro**”. A efeméride tem como objectivo homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

O Dia 28 de Abril é comemorado também, anualmente, em todo o mundo sob a égide da OIT como o **Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho**.

Este dia, foi originalmente promovido pelo movimento sindical canadiano em 1991, tendo sido imediatamente acolhido pela AFL-CIO e pela CISL-Confederação Internacional de Sindicatos Livres, actualmente CSI, tendo em 1996 ocorrido nas Nações Unidas a primeira Comemoração de cariz internacional que perdura até aos dias de hoje. A OIT reconheceu e participou nas comemorações em 2001 e 2002 e procedido à sua oficialização em 2003.

Graças ao movimento sindical internacional, o Dia 28 de Abril converteu-se no maior evento internacional sobre segurança e saúde no trabalho.

No nosso país, a UGT, que está desde o início desta efeméride com movimento sindical internacional, foi das principais mentoras para que este dia fosse também assinalado



oficialmente em Portugal. Assim, em 2001 a Assembleia da República, através da sua Resolução n.º 44/2001, determinou que o dia 28 de Abril fosse oficialmente consagrado como “Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho”, Resolução que colocou Portugal na vanguarda dos 20 países que até ao momento assim consagraram este dia.

O objectivo deste dia é, pois, constituir-se como uma jornada de denúncia, de sensibilização e de alerta, mas também de luta, neste mundo globalizado onde por dia morrem mais de 5 mil pessoas devido a acidentes de trabalho ou doenças relacionadas com o trabalho, em que anualmente perdem a vida mais de 2 milhões de trabalhadores, onde ocorrem cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho, em que mais de 1 milhão de trabalhadores ficam incapacitados e em que mais de 160 milhões contraem doenças por causas directamente relacionadas com o trabalho.<sup>1</sup>

Em Portugal, a já tradicional inexistência e insuficiência de indicadores estatísticos torna impossível o conhecimento da realidade em toda a sua verdadeira amplitude e extensão, contudo a informação que vai surgindo demonstra-nos que continuamos com uma elevada sinistralidade laboral.

O balanço efectuado à sinistralidade laboral em Portugal na última década, antes da implementação da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2008 – 2012, mais especificamente entre o período de 1998 a 2007, não nos dá razões para satisfação. Com efeito, registaram-se cerca 2773 mortes de trabalhadores<sup>2</sup> nos 2,269,243 acidentes de trabalho e que, por seu turno, também provocaram a perda de 58, 230, 087 dias de trabalho<sup>3</sup>.

No caso das doenças profissionais perpetua-se a insuficiência de dados estatísticos o que é, ainda, mais grave uma vez que o Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos

---

<sup>1</sup> CSI e Journal of Safety Research, 40 (2009)125-139.

<sup>2</sup> GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho. Com a ressalva que este número não inclui os acidentes mortais registados em 1998 já que esta informação não se encontram disponível.

<sup>3</sup> GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho Com a ressalva que este número não inclui a perda de dias de trabalho registados em 1999 já que esta informação não se encontra disponível.

Profissionais se apresenta como única fonte que disponibiliza tais dados. Continua a não se dispor de estatísticas minimamente fiáveis porque se vem continuando a verificar um nível insustentável de sub-notificação que se traduz, por seu turno, num inaceitável incumprimento da legislação no que toca à participação obrigatória de doença profissional. Existe na verdade um insustentável desconhecimento da realidade do nosso país no que respeita à incidência de doenças profissionais.

Nesta medida, não nos sendo possível traçar um retrato geral da incidência das doenças profissionais em Portugal, poderemos tomar nota da gravidade da situação e perceber quais as áreas a merecerem intervenção preventiva.

Os últimos dados disponíveis, relativos ao ano de 2008, permitem-nos referir que, nesse ano, o CNPRP certificou um total de 4841 novos casos de doença profissional, tendo sido registados 132 óbitos relacionados com doença profissional. (Ver anexos)

As doenças de maior incidência foram as músculo-esqueléticas que no seu conjunto representaram cerca de 66,32% (2925 doenças), seguidas das doenças da audição – surdez profissional – que representaram 12,97% (572 casos) do total.

A UGT tem eleito continuamente esta matéria como uma das nossas áreas prioritárias de actuação sindical. Desde sempre a UGT se bateu por melhores condições de saúde e segurança e desde o primeiro momento tem vindo a reivindicar que aos trabalhadores e trabalhadoras seja assegurado o trabalho em condições de segurança e em respeito pela protecção da sua saúde. É nesta perspectiva que vemos com elevada preocupação a situação das mulheres trabalhadoras. Os dados disponíveis demonstram que o número de mulheres vítimas de acidentes de trabalho tem vindo a aumentar nos últimos anos, ao invés do que se tem vindo a registar nos homens.

A nossa actuação sempre se pautou pela denúncia da situação dramática existente no nosso país relativamente à sinistralidade laboral e às doenças profissionais e na exigência da adopção urgente de medidas que preconizem uma efectiva melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Não aceitamos que se continuem a perder vidas nos locais de trabalho. Não aceitamos que a saúde dos trabalhadores seja um jogo nas mãos de “pseudo-empresários” negligentes.

Não aceitamos atitudes de negligência e de desresponsabilização relativamente a uma matéria que, em última instância, faz a diferença entre a vida e a morte dos trabalhadores.

A prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais é da responsabilidade das entidades empregadoras. Apesar do nosso país dispor de um quadro legislativo bastante completo relativo à prevenção de riscos profissionais temos também vindo a assistir a um incumprimento generalizado dessa mesma legislação.

Para a UGT é indispensável que o não cumprimento das normas legislativas seja clara e fortemente penalizado, pelo que o agravamento das coimas assumirá, no nosso entender, uma função dissuasora das situações de não cumprimento das obrigações em matéria de prevenção de riscos profissionais.

É facto inegável que esta situação de incumprimento radica, por um lado, na ausência de uma cultura de prevenção, tanto ao nível da sociedade em geral, como dos empregadores e trabalhadores em particular o que tem conduzido à falta de investimento na prevenção. Continuamos a afirmar ser necessário que os empregadores percebam que investir com a prevenção constituem uma mais valia para a empresa e não um custo acrescido, como têm referido todos os estudos internacionais.

Com efeito, a falta de investimento na prevenção e na protecção da segurança e saúde dos trabalhadores, o incumprimento das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, associada à insuficiente fiscalização por parte das entidades competentes gera, indubitavelmente, um sentimento geral de impunidade.

Exige-se uma Inspeção de Trabalho mais acutilante na penalização e cada vez menos na sua função pedagógica. A pedagogia deverá caber em primeira instância às autoridades vocacionadas para a prevenção, no âmbito, evidentemente, da ACT.

A UGT considera a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2008-2010 um documento fundamental que configura o quadro global da política nacional de prevenção de riscos profissionais e de promoção da segurança e saúde no trabalho, no entanto, um conjunto significativo de medidas não foram, ainda, objecto de execução, as quais destacamos pela sua importância e urgência, as seguintes:

- Realização do inquérito nacional às condições de trabalho, já que é indiscutível que esta é e continua a ser uma das carências mais evidentes no nosso país, no âmbito do conhecimento objectivo das condições em que os trabalhadores prestam a sua actividade profissional;
- Assegurar o efectivo diagnóstico das doenças profissionais. Com efeito, esta é uma das questões que passados tantos anos da transposição da Directiva – Quadro continua sem resolução à vista. Continuamos à espera que se tomem passos sólidos para colmatar esta lacuna, o que implicará, quanto a nós, um esforço sério e programado de sensibilização dos profissionais de saúde para o estabelecimento da correlação entre as patologias e o exercício da profissão;
- Efectuar a reestruturação do sistema estatístico de acidentes de trabalho e doenças profissionais, em ordem a que seja produzida informação fidedigna, rigorosa e selectiva que sustente políticas cada vez mais eficazes. A UGT reitera a urgência da criação de um sistema estatístico uniformizado, fiável e actualizado que permita estabelecer um quadro fiel da situação e que assegure a produção de informação estatística sobre a incidência sectorial e patológica das doenças profissionais;
- Transposição para o ordenamento jurídico interno das Convenções (167, 184, 187) e Recomendações da OIT (175, 192, 197), bem como dos acordos estabelecidos no âmbito do diálogo social europeu, nomeadamente o do stresse;

- Urgente adopção de acções para a concretização das medidas que constam da Estratégia Nacional relativas ao amianto. A inventariação dos edifícios públicos com amianto nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 24/ 2003 encontra-se prevista desde 2003 – Utilização do amianto em edifícios públicos – obrigação, que o Governo continua sem cumprir, na medida em que nem sequer se procedeu à fixação de um plano de acção com vista à remoção e sua substituição.

Entendemos, ainda, que o Governo deve, com urgência, tomar as necessárias diligências com vista:

- À criação e implementação do Observatório da Prevenção, tal como fora estabelecido no Acordo sobre Condições de trabalho, Higiene e segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade de 2001 e em conformidade com o disposto no Decreto-lei n.º 121/2006 que procede à reestruturação do CNHST - Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho;

- Ao funcionamento efectivo e regular do CNHST, cuja finalidade é a promoção da concertação e a partilha de responsabilidades entre o Estado e os parceiros sociais na definição, acompanhamento da execução e avaliação das políticas de prevenção de riscos profissionais e combate à sinistralidade e que, sublinhe-se, no ano de 2009 apenas reuniu 1 vez e ainda nenhuma no corrente ano;

- Apresentação e aprovação do plano de adaptação do Serviço Nacional de Saúde às exigências específicas que lhe são cometidas na promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores. Até hoje, volvidos tantos anos da transposição da Directiva – Quadro, continuamos à espera do referido Plano de Adaptação. Julgamos que é “chegada a hora” de fazer-se cumprir a legislação nesta matéria e de fazer-se, de uma vez por todas, cumprir um dos direitos básicos dos trabalhadores – a protecção e a vigilância da saúde na prestação do seu trabalho.

- Ao desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação mais eficazes que permitam incutir nos empregadores, nos trabalhadores e na população em geral uma verdadeira cultura de prevenção em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- À permanente adequação e actualização da Lista Nacional de Doenças Profissionais à Lista Europeia, com o reconhecimento de doenças e de patologias ainda não entendidas como tal e relacionadas com os novos riscos emergentes. Urge, no nosso entender, proceder-se à sua revisão, fazendo-a corresponder às novas patologias resultantes dos novos riscos emergentes;

A UGT continuará a dar prioridade à eleição dos representantes dos trabalhadores nesta luta pela melhoria das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho e combate à sinistralidade, promovendo a formação específica aos representantes eleitos e candidatos a representantes dos trabalhadores.

A UGT, honrando os trabalhadores falecidos em acidentes de trabalho e os trabalhadores vítimas de doença profissional e todos os que se encontram afectados na sua saúde, reafirma neste dia 28 de Abril de 2010 a firme convicção de continuar na luta pela melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, pelo reforço da acção sindical no combate à sinistralidade laboral, pela exigência do cumprimento da legislação, pelo combate à morosidade do sistema judicial dos processos com incidência em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

Neste dia a UGT associa-se, como o fez desde o primeiro dia, às centenas de centrais sindicais que em todo o mundo estão de luto pelas vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais, e por isso mais uma vez vai colocar a sua bandeira a meia-haste na sua Sede e em todas as suas delegações como acto de respeito pelos trabalhadores vitimados por acidentes de trabalho.

A UGT não poderia do mesmo modo deixar de estar ao lado das centenas de centrais sindicais que, por todo o mundo, se erguem na luta por condições de trabalho e de vida dignas para todos os trabalhadores e seus familiares e por isso mais uma vez os seus



órgãos assinalam e assumem este dia como um importante dia do movimento sindical nacional e internacional.

**Lembramos que as preocupações em relação à prevenção de riscos profissionais devem continuar presentes Hoje e todos os dias do ano.**

# Anexos

## Dados estatísticos de Sinistralidade Laboral e Incidência de Doenças Profissionais

## Sinistralidade Laboral – 1998 a 2007

<b>Sinistralidade Laboral</b>	<b>Ano 1998*</b>	<b>Ano 1999</b>	<b>Ano 2000</b>	<b>Ano 2001</b>	<b>Ano 2002</b>	<b>Ano 2003</b>	<b>Ano 2004</b>	<b>Ano 2005</b>	<b>Ano 2006</b>	<b>Ano 2007</b>
Número Total de Acidentes de Trabalho	154.825	212.177	234.192	244.936	248.097	237.222	234.109	228.884	237.392	237.409
Número Total de Acidentes de Trabalho – Homens	-	-	190.560	197.089	197.989	189.473	185.812	180.107	184.764	181.693
Número Total de Acidentes de Trabalho – Mulheres	-	-	43.420	47.106	49.688	47.180	48.071	48.540	52.628	55.716
Número de Acidentes Mortais	-	236	368	365	357	312	306	300	253	276
Número de Acidentes Mortais – Homens	-	-	347	352	340	293	298	287	245	269
Número de Acidentes Mortais – Mulheres	-	-	21	13	17	13	8	13	8	7
Número de Acidentes de Trabalho não Mortais	-	211.941	233.824	244.571	247.740	236.910	233.803	228.584	237.139	237.133
Número de Acidentes de Trabalho não Mortais – sem ausência	-	-	53.957	57.520	70.856	65.249	62.766	61.942	63.865	181.424
Número de Acidentes de Trabalho não Mortais – com ausência	-	-	179.867	187.051	176.884	171.661	171.037	166.642	173.274	55.709
Número de dias perdidos	2.388.523	-	6.408.435	7.738.981	7.624.893	6.304.316	6.730.952	6.811.505	7.082.066	7.068.410

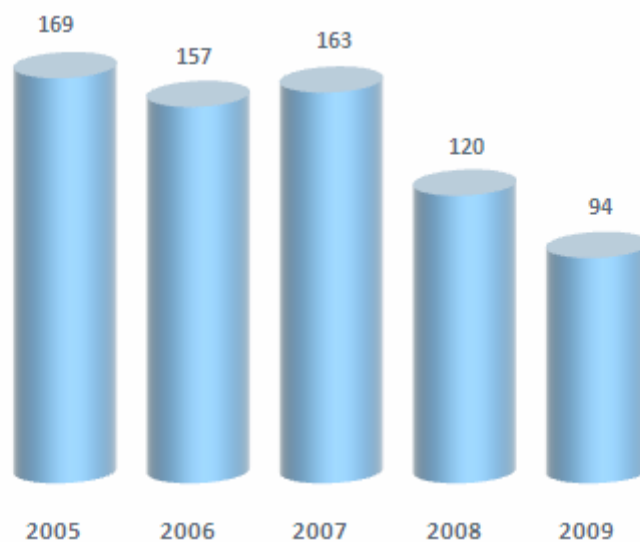
**Fonte:** Inquérito aos Acidentes de Trabalho nos Estabelecimentos/1998; GEP/MTSS, Acidentes de Trabalho 1999 a 2007

\*1998- Não inclui dados da Administração Pública.

## Acidentes de Trabalho Mortais Objecto de Inquérito

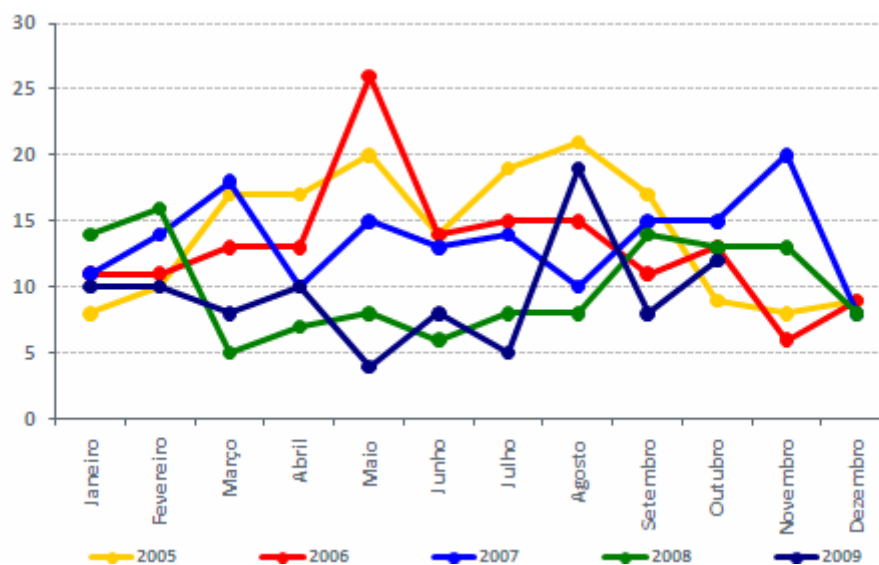
2005-2009

	2005		2006		2007		2008		2009	
	Total	Construção	Total	Construção	Total	Construção	Total	Construção	Total	Construção
Janeiro	8	2	11	7	11	3	14	8	10	7
Fevereiro	10	6	11	5	14	6	16	7	10	4
Março	17	11	13	10	18	7	5	4	8	3
Abril	17	11	13	2	10	7	7	3	10	8
Maio	20	11	26	10	15	8	8	4	4	1
Junho	14	6	14	8	13	7	6	3	8	5
Julho	19	10	15	4	14	8	8	4	5	3
Agosto	21	12	15	6	10	3	8	5	19	6
Setembro	17	6	11	7	15	7	14	10	8	4
Outubro	9	4	13	5	15	12	13	4	12	6
Novembro	8	4	6	4	20	10	13	4		
Dezembro	9	3	9	3	8	4	8	3		
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>86</b>	<b>157</b>	<b>71</b>	<b>163</b>	<b>82</b>	<b>120</b>	<b>59</b>	<b>94</b>	<b>47</b>

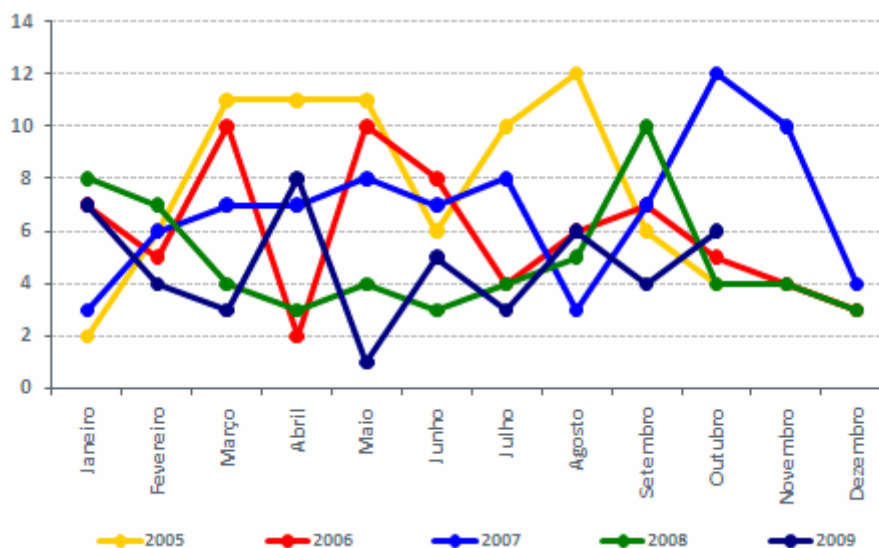


Fonte: ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho (dados 2009 até Outubro)

## Acidentes Mortais –Variação



## Acidentes Mortais – Sector da Construção



Fonte: ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho

**Doenças Profissionais – Ano 2008\***Certificação de Casos de Doenças Profissionais

Doenças Profissionais	Casos
Total de Certificação de Doenças Profissionais	4841
Certificação de Doenças Profissionais de Trabalhadores do Regime Geral	4410
Certificação de doenças profissionais de trabalhadores da administração pública	431

Óbitos de Beneficiários e Pensionistas

N.º de Óbitos de Beneficiários e Pensionistas	Casos
Causa da morte relacionada com a Doença Profissional	132
Causa da morte não relacionada com a Doença Profissional	477

Certificação de Doenças Profissionais de Trabalhadores do Regime Geral

Distrito	Total
Aveiro	802
Beja	5
Braga	302
Bragança	7
Castelo branco	80
Coimbra	59
Évora	18
Faro	10
Guarda	78
Leiria	334
Lisboa	747
Portalegre	14
Porto	1074
Santarém	96
Setúbal	553
Viana do Castelo	160
Vila real	16
Viseu	52
Regiões Autónomas	3
Desconhecido	0
Total	4410

\* últimos dados disponíveis in Relatório de Dados Estatísticos do CNPRP/ 2008

## Certificação de Doenças Profissionais de Trabalhadores da Administração Pública

Distrito	Total
Aveiro	33
Beja	2
Braga	5
Bragança	1
Castelo branco	5
Coimbra	12
Évora	2
Faro	3
Guarda	1
Leiria	4
Lisboa	114
Portalegre	0
Porto	130
Santarém	10
Setúbal	81
Viana do Castelo	14
Vila real	1
Viseu	7
Regiões Autónomas	5
Desconhecido	1
Total	431

### Distribuição das Doenças Profissionais por Tipo de Incapacidade a Trabalhadores do Regime Geral

Distribuição por Tipo de Incapacidade	Casos
Reconhecidos como Doença Profissional com Incapacidade	1859
Reconhecidos como Doença profissional sem incapacidade	1315
Avaliados como sem Doença Profissional	1236

Incidência de Doenças Profissionais por Género

Distribuição por Género	Casos
Incidência nos Homens	1841
Incidência nas Mulheres	2569

Distribuição Geográfica / incidência mais significativa

Distribuição Geográfica	Casos
Distrito do Porto	1074
Distrito de Aveiro	802
Distrito de Lisboa	747
Distrito de Setúbal	553

Fonte: Relatório de Dados Estatísticos do CNPRP/ 2008

Manifestação Clínica/ Incidência mais significativa

Manifestação Clínica	Casos
Doenças Músculo-esqueléticas	2925
Hipoacusia	572

Distribuição das Doenças Profissionais por Tipo de Incapacidade a Trabalhadores da  
Administração Pública

Distribuição por Tipo de Incapacidade	Casos
Reconhecidos como Doença Profissional com Incapacidade	175
Reconhecidos como Doença profissional sem incapacidade	127
Avaliados como sem Doença Profissional	129



Incidência de Doenças Profissionais por Género nos trabalhadores da Administração Pública

Distribuição por Género	Casos
Incidência nos Homens	137
Incidência nas Mulheres	294

Distribuição Geográfica / Incidência mais significativa nos Trabalhadores da Administração Pública

Distribuição Geográfica	Casos
Distrito do Porto	130
Distrito de Lisboa	114
Distrito de Setúbal	81

Manifestação Clínica/ Incidência mais significativa nos Trabalhadores da Administração Pública

Manifestação Clínica	Casos
Doenças Músculo-esqueléticas	262
Hipoacusia	32

Fonte: Relatório de Dados Estatísticos do CNPRP/ 2008